



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **1002482-64.2014.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento Ordinário - Seguro**
 Requerente: **JOÃO CARDOSO DIAS**
 Requerida: **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**

Justiça Gratuita

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

João Cardoso Dias move ação em face de **Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT**, dizendo que foi vítima de acidente de trânsito ocorrido em 31.10.1999, com lesões de natureza grave que lhe ocasionaram invalidez permanente. Faz jus à indenização do seguro obrigatório do DPVAT. Pede a procedência da ação para condenar a ré a lhe pagar indenização de R\$ 28.960,00, com correção monetária, juros de mora, honorários advocatícios e custas. Documentos às fls. 11/14.

A ré foi citada e, juntamente com a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A, contestou às fls. 21/44, alegando que no polo passivo deve constar apenas a Seguradora Líder. Deu-se a prescrição trienal. Não há prova de que o autor ficou inválido em decorrência do acidente automobilístico. Não consta dos autos o laudo conclusivo do IML, faltando assim documento essencial para a propositura da ação, motivo para a extinção do processo, sem resolução de mérito. Necessária a realização da perícia médica para identificar se o autor ficou inválido e qual o grau dessa invalidez. Aplicável à espécie a Tabela da Susep para identificar eventual incapacidade parcial. Deve-se aplicar a regra da proporcionalidade das lesões sofridas em relação ao valor da indenização, conforme consta da Súmula 474 do STJ. Improcede o pedido inicial. Se houver procedência parcial ou total, os juros de mora incidem a partir da citação, a correção monetária desde o ajuizamento da ação, e os honorários advocatícios não podem superar 10% do valor da condenação.

Réplica às fls. 79/90. Pela decisão de fl. 93 a ré Porto Seguro foi



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

excluída da lide. Documento às fls. 107/140. Laudo pericial às fls. 157/164. Manifestação das partes às fls. 167/169 e 170/180.

É o relatório. Fundamento e decido.

As matérias suscitadas às fls. 22/31 foram resolvidas pela decisão de fl. 93.

Incontroverso que o autor foi vítima de acidente automobilístico no dia 31.10.1999, conforme fl. 13. Somente em 24.09.2013, o autor tomou ciência inequívoca da sua incapacidade. Segue-se que por força da Súmula 278 do STJ o prazo prescricional teve início para o exercício da pretensão deduzida na inicial o dia do exame radiológico de fl. 14. A ação foi proposta 6 meses depois da data do referido exame, portanto, a prescrição não se consumou.

Inúmeros documentos de valor significativo aportaram nos autos (fls. 107/140), todos relacionados aos danos físicos experimentados pelo autor quando do acidente automobilístico. Os documentos exibidos determinaram a produção da prova pericial médica, esta sim fundamental para o desate do litígio, já que construída sob o pálio do contraditório, como já observado.

O laudo pericial de fls. 157/162 mostra-se bem estruturado. A perita realizou o exame físico do autor e diagnosticou que: "o autor foi vítima de acidente de trânsito em 31.10.1999. Sofreu fratura de fêmur direito e fratura de fíbula e tíbia esquerdas. Realizou cirurgia com colocação de material metálico em fêmur direito e tratamento conservador com mobilização de perna esquerda. Evoluiu com diminuição moderada de flexão e extensão de joelho direito e diminuição leve de adução de quadril direito. A sequela não é passível de melhora com a continuidade do tratamento, e confere uma invalidez parcial e permanente para o trabalho".

O laudo pericial concluiu que o nexo causal entre o acidente de trânsito sofrido pelo autor em 31.10.1999 e as sequelas no fêmur direito e fíbula e tíbia esquerdas consistiram em invalidez parcial e permanente para o trabalho, que segundo a Tabela da SUSEP foi de 18,75%.

Aplicável à espécie a Súmula 474 do STJ: "A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez". O valor teto da indenização do sinistro na época do acidente era de R\$ 13.500,00. Aplicando-se a súmula acima transcrita, constata-se que o direito do autor se limita a R\$ 2.531,25, com correção monetária desde o dia do acidente (18,75% x R\$ 13.500,00). Os juros de mora de 1% ao mês são devidos a partir da citação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

JULGO PROCEDENTE EM PARTE a ação para condenar a ré a pagar ao autor, R\$ 2.531,25, com correção monetária pela Tabela Prática adotada pelo TJSP desde a data do acidente (31.10.1999), juros de mora de 1% ao mês contados da citação, e 15% de honorários advocatícios sobre o valor da condenação e custas do processo e despesas periciais segundo a Tabela do IMESC, cujo valor será identificado na fase do artigo 475-B, do CPC.

Depois do trânsito em julgado, abra-se vista ao autor para formular requerimento da fase de cumprimento da coisa julgada, nos termos do artigo 475-B e J, do CPC, no prazo de 10 dias. Vindo esse requerimento, intime-se a ré para, em 15 dias, pagar o valor do débito exequendo, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios. Findo o prazo de 15 dias sem pagamento, efetue o bloqueio de ativos (artigo 655-A, do CPC). Na sequência, intime-se a ré para os fins do § 1º, do artigo 475-J, do CPC.

P.R.I.

São Carlos, 07 de maio de 2015.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA